

Prosegur Holding e Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Prosegur Holding e Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prosegur Holding e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP25906/O-0

Prosegur Holding e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (reapresentado)	2013	2012 (reapresentado)			2013	2012 (reapresentado)	2013	2012 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	245	51	75.384	44.221	Fornecedores	115	11	88.424	75.409	
Clientes	7	-	-	566.891	456.623	Empréstimos e financiamentos	13	-	9.331	51.333	
Impostos a recuperar		11.393	4.684	104.861	67.219	Debêntures	14	-	19.277	31.531	
Despesas antecipadas		-	-	26.600	12.924	Salários e encargos sociais	15	-	268.016	236.765	
Estoques		-	-	9.087	6.667	Impostos e contribuições	2	-	29.514	34.535	
Dividendos e JCP a receber		35.827	-	-	-	Obrigações por compra de participações	17	-	99.802	120.459	
Outros ativos circulantes		-	-	36.534	45.581	Provisões	16	-	2.901	4.123	
Total do ativo Circulante		47.465	4.735	819.357	633.235	Outros passivos circulantes		-	1.143	1.687	
						Total do passivo circulante		117	19.288	530.662	
Créditos com partes relacionadas	24	15.479	14.578	94.795	190.806	Empréstimos e financiamentos	13	-	1.974	9.363	
Ativo fiscal diferido	23	-	-	58.583	74.398	Debêntures	14	-	82.348	164.134	
Depósitos judiciais	8	-	-	138.736	122.683	Impostos e contribuições	14	-	61.234	273.012	
Créditos a receber de terceiros	9	-	-	93.899	78.666	Obrigações por compra de participações	17	-	222.290	284.986	
Outros ativos não circulantes		-	-	8.231	10.815	Débitos com partes relacionadas	24	21.577	56.024	24.447	
Total do ativo realizável a longo prazo		15.479	14.578	394.244	477.368	Provisões	16	-	374.074	353.726	
Investimentos	10	957.419	844.941	330	335	Total do passivo não circulante		21.577	82.348	879.730	
Imobilizado	11	-	-	270.255	252.809	Patrimônio líquido					
Intangível	12	-	-	925.041	994.223	Capital social	18	560.661	378.446	560.661	
Total do ativo não circulante		972.898	859.519	1.589.870	1.724.735	Reservas de capital	18	437.336	248.696	437.336	
						Reservas de lucros	18	11.085	140.488	11.085	
						Prejuízos acumulados	18	(14.957)	-	(14.957)	
						Outros resultados abrangentes		4.544	(5.012)	4.544	
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		998.669	762.618	998.669	
						Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores		-	-	166	
						Total do passivo		21.694	101.636	1.410.392	
Total do Ativo		1.020.363	864.254	2.409.227	2.357.970	Total do passivo e patrimônio líquido		1.020.363	864.254	2.409.227	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Holding e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida	20	-	-	2.890.051	2.527.726
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(2.247.667)	(1.954.342)
Lucro bruto		-	-	642.384	573.384
Despesas comerciais	21	-	-	(40.462)	(26.783)
Despesas gerais e administrativas	21	(214)	(140)	(330.157)	(264.661)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	245	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	145.071	131.215	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		144.857	131.075	272.010	281.940
Despesas financeiras	22	(6.709)	(6.954)	(92.616)	(84.054)
Receitas financeiras	22	1.304	31.419	22.353	23.702
Receita (despesas) financeiras líquidas		(5.405)	24.465	(70.263)	(60.352)
Resultado antes dos impostos		139.452	155.540	201.747	221.588
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(62.255)	(65.487)
Resultado do exercício		139.452	155.540	139.492	156.101
Resultado atribuído a					
Acionistas controladores		139.452	155.540	139.452	155.540
Acionistas não controladores		-	-	40	561
Resultado por ação básico e diluído		0,29	0,41	0,29	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado líquido do período	139.452	155.540	139.492	156.101
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos (perdas) atuariais	9.556	(5.012)	9.556	(5.012)
Resultado abrangente total do período	149.008	150.528	149.048	151.089
Resultado abrangente atribuído a				
Acionistas controladores	149.008	150.528	149.005	150.546
Acionistas não controladores			43	543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Holding e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital Ágio na Emissão de Ações	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Lucros Retidos			
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (não auditado)	317.988	187.322	5.080	97.868	-	-	608.258
Total de resultados abrangentes do período							
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	155.540	155.540
Atualização passivo atuarial - CPC 33, reflexo	-	-	-	-	(5.012)	-	(5.012)
Transações com acionistas							
Aumento de Capital	60.458	61.374	-	-	-	-	121.832
Constituição reserva legal	-	-	6.005	-	-	(6.005)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(80.616)	-	(6.971)	(87.587)
Juros sobre capital distribuídos	-	-	-	-	-	(30.413)	(30.413)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	112.151	-	(112.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	378.446	248.696	11.085	129.403	(5.012)	-	762.618
Total de resultados abrangentes do período							
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	139.452	139.452
Atualização passivo atuarial - CPC 33, reflexo	-	-	-	-	9.556	-	9.556
Transações com acionistas							
Aumento de Capital	182.215	188.640	-	-	-	-	370.855
Dividendos distribuídos	-	-	-	(129.403)	-	(119.785)	(249.188)
Juros sobre capital distribuídos	-	-	-	-	-	(34.624)	(34.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	560.661	437.336	11.085	-	4.544	(14.957)	998.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	139.452	155.540	139.492	156.101
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	115.176	112.559
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	-	-	8.189	5.369
Provisões para contingências líquidas	-	-	91.209	185.151
Resultado de equivalência patrimonial	(145.071)	(131.215)	-	-
Impostos diferidos	-	-	15.815	(41.633)
Juros e variações monetárias líquidas	5.270	5.620	62.537	55.354
Provisão para perdas em instrumentos financeiros	-	-	11.540	-
Outros	(1)	(1)	245	(491)
	(350)	29.944	444.203	472.410
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(118.457)	(172.984)
Impostos a recuperar	(386)	(4.683)	(37.642)	(63.791)
Estoques	-	-	(2.420)	(3.772)
Depósitos judiciais	-	-	(16.053)	(45.295)
Outros	-	16	(28.813)	(47.914)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	104	(15)	13.015	31.146
Salários e encargos sociais	-	-	31.251	104.222
Impostos a recolher	-	-	(7.800)	69.754
Outros	2	-	1.855	(2.491)
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(630)	25.262	279.139	341.285
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(67.864)	(879.011)
(Pagamento) Ingresso de obrigações por compra de participações, líquido	-	-	(107.235)	292.449
Alienações de ativo imobilizado	-	-	4.179	(208)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	93.278	-	-
Aportes de capital em controladas	-	(220.479)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(127.201)	(170.920)	(586.770)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	370.855	121.832	370.855	121.832
Empréstimos e financiamentos tomados	-	100.000	-	370.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(107.072)	(3.995)	(228.717)	(29.248)
Pagamento de contingências	-	-	(64.887)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(283.812)	(118.000)	(283.812)	(118.000)
Mútuos entre partes relacionadas, líquido	20.853	(47.409)	129.505	(148.172)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamento	824	52.428	(77.056)	196.412
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	194	(49.511)	31.163	(49.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51	49.562	44.221	93.294
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	245	51	75.384	44.221
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	194	(49.511)	31.163	(49.073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Holding e Participações S.A. (“Companhia”), foi constituída em 13 de outubro de 2009, inicialmente com a denominação social de SGCE Participações Societárias S.A., alterada para Prosegur Holding e Participações S.A em 15 de dezembro de 2011. A Companhia é uma *holding* do Grupo Prosegur Brasil. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Ermano Marchetti n.º 1435, cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo está envolvido primariamente na prestação de serviços de logística e transporte de valores, e vigilância patrimonial ativa.

2 Relação de entidades controladas

As controladas do Grupo estão todas sediadas no Brasil.

	Tipo de Controle	Participação acionária %	
		2013	2012
TSR Participações Societárias S.A.	Direto	99,99	99,99
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	Indireto (*)	99,99	99,99
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	Indireto (*)	99,00	99,00
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	Indireto (**)	99,99	99,99
C.T.P. – Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	Indireto (**)	99,99	99,99

(*) Essas entidades são controladas diretamente pela TSR Participações Societárias S.A.

(**) Essas entidades são controladas diretamente pela Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança.

Vide política contábil de consolidação na nota explicativa 5(a).

a. Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança (“Prosegur Brasil”)

A principal entidade operacional do Grupo, com pouco mais de 95% do total dos ativos consolidados do Grupo, tem como objeto social a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro, atuando, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros. A Prosegur Brasil possui 115 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 48.301 colaboradores (47.365 em 2012).

3 Incorporações de controladas

Incorporação da Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda.

Em Ata de Reunião de Sócios, realizada em 01 de novembro de 2013, foi deliberada a incorporação na controlada indireta Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. do acervo líquido da empresa Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda. (“Digipro” - empresa do Grupo

Nordeste adquirida em 2012 pela coligada Prosegur Activa Alarmes S.A., sendo o investimento da Prosegur Activa transferido para a empresa Prosegur Sistemas na data da incorporação), baseando-se em instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação, bem como em Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da incorporada, emitido por peritos independentes, na data-base de 30 de setembro de 2013.

A incorporação teve como objetivo a racionalização, sinergia e ganho de escala das atividades operacionais, administrativas e comerciais.

Os montantes dos acervos líquidos incorporados pela controlada indireta Prosegur Sistemas de Segurança Ltda., em 01 de novembro de 2013, podem ser assim sumariados:

	Saldos de ativos e (passivos) incorporados
Caixa e equivalentes de caixa	253
Clientes	327
Outros ativos circulantes	13
Depósitos judiciais	132
Crédito com empresas ligadas	5
Imobilizado	51
Fornecedores	(69)
Salários e encargos sociais	(321)
Impostos a recolher	(93)
Outros passivos circulantes	(7)
Impostos e parcelamentos	(38)
Provisões	(248)
Acervo líquido incorporado	<u>5</u>

Devido ao acervo líquido incorporado demonstrado acima, no montante de R\$ 5, o capital social da controlada indireta Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. foi aumentado e o contrato social da empresa foi alterado (32ª alteração), conforme deliberado pela integralidade dos acionistas das empresas Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança e TSR Participações Societárias S.A..

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5(a) – consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e
- Nota explicativa 5(f) – classificação de arrendamento mercantil.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 – premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 11 – premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 12 – premissa sobre a amortização dos ativos intangíveis;
- Nota explicativa 16 – mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- Nota explicativa 12(ii) – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio;
- Nota explicativa 16 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 23 – premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

e. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 5, e incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora Prosegur Holding e das controladas sediadas no Brasil, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Prosegur Holding pelo método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

f. Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Durante o ano de 2013, o Grupo alterou a classificação de determinados ativos e passivos no balanço consolidado entre circulante e não circulante para uma melhor apresentação dos saldos. Os valores correspondentes ao exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram reapresentados para manter a consistência da apresentação.

A tabela abaixo apresenta os impactos dessas reclassificações nos balanços patrimoniais aplicáveis.

Ativo	Consolidado - 31/12/2012		
	Anteriormente apresentado	[reclassificações]	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	44.221		44.221
Clientes	456.623		456.623
Impostos a recuperar	67.219		67.219
Despesas antecipadas	12.924		12.924
Estoque	6.667		6.667
Depósitos judiciais	84.118	(84.118) (i)	-
Outros	45.581		45.581
Total do ativo circulante	717.353	(84.118)	633.235
Crédito com partes relacionadas	190.806		190.806
Impostos diferidos	74.398		74.398
Depósitos judiciais	38.565	84.118 (i)	122.683
Créditos a receber de terceiros	78.666		78.666
Outros	10.815		10.815
Total do ativo realizável a longo prazo	393.250	84.118	477.368
Investimentos	335		335
Imobilizado	252.809		252.809
Intangível	994.223		994.223
Total do ativo não circulante	1.640.617	84.118	1.724.735
Total do ativo	2.357.970	-	2.357.970

Prosegur Holding e Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013 e 2012*

Consolidado - 31/12/2012			
Passivo	Anteriormente apresentado	[reclassificações]	Reapresentado
Fornecedores	88.509	(13.100) (iii)	75.409
Empréstimos e financiamentos	51.333		51.333
Debêntures	61.407		61.407
Salários e encargos sociais	236.765		236.765
Impostos e contribuições	34.535		34.535
Provisões	73.511	(69.388) (ii) / (iv)	4.123
Obrigações por compra de participações	120.459		120.459
Outros	5.810	(4.123) (iv)	1.687
Total do passivo circulante	672.329	(86.611)	585.718
Empréstimos e financiamentos	9.363		9.363
Debêntures	273.012		273.012
Provisões	267.115	86.611 (ii) / (iii)	353.726
Obrigações por compra de participações	284.986		284.986
Débitos com partes relacionadas	24.447		24.447
Impostos e contribuições	64.013		64.013
Total do passivo não circulante	922.936	86.611	1.009.547
Patrimônio líquido			
Capital social	378.446		378.446
Reservas de capital	248.696		248.696
Reserva de lucros	135.476	5.012 (v)	140.488
Outros resultados abrangentes	-	(5.012) (v)	(5.012)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	762.618	-	762.618
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores	87	-	87
Total do passivo	1.595.265	-	1.595.265
Total do passivo e patrimônio líquido	2.357.970	-	2.357.970

- (i) Os depósitos judiciais estão sendo apresentados todos no ativo não circulante.
- (ii) As provisões para contingências estão sendo apresentados de forma integral no passivo não circulante.
- (iii) O montante de provisão de passivo atuarial decorrente do plano de benefício definido de assistência médica está sendo segregado do grupo contábil de “Fornecedores” e apresentados no grupo contábil de “Provisões”, no passivo não circulante.
- (iv) As provisões para falhas na operação estão sendo segregadas do grupo contábil de “Outras obrigações” e apresentadas em conjunto com as demais provisões no grupo contábil de “Provisões”, no passivo circulante.
- (v) O montante de perda atuarial do exercício de 2012, decorrente do benefício definido de assistência médica, foi anteriormente apresentado reduzindo o grupo contábil de “Reserva de lucros” no patrimônio líquido, este montante está sendo reapresentado para o grupo contábil de “Outros resultados abrangentes”, também no patrimônio líquido.

Em conformidade com o parágrafo 40A do CPC 26 (R1), o Grupo não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato de que a aplicação retrospectiva das referidas reclassificações não teria efeito material sobre o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2012.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

ii. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e obrigações por compra de participações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico, caso sejam identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, eles são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e

o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, se reduz o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, e, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Imobilizado em curso composto predominantemente de Obras Civas, aquisição de novos e reforma de Blindados, ampliação da Rede de Processamento de dados e Microcomputadores, ampliação e modernização de Maquinários de tesouraria.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Mensuração subsequentes

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não é o caso, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento

pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

h. Benefícios a empregados

i. Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

ii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Receita operacional

i. Serviços

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturada, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ele não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRIC 21 – Taxas públicas

Em maio de 2013, o IASB emitiu o IFRIC 21 – *Levies Published* que trata da contabilização de taxas e pagamentos a serem efetuados ao Governo ou entidades governamentais como agências. Não estão no escopo desta Interpretação o imposto sobre a renda, multas ou outras penalidades. Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Companhia não estava sujeitas a taxas ou pagamentos dentro do escopo desta norma e, portanto, a Administração estima que não haverá impactos matérias nos resultados futuros decorrentes da adoção desta norma.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	-	-	5.210	882
Bancos conta movimento	245	51	50.080	37.742
Aplicação financeira	-	-	20.094	5.597
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	245	51	75.384	44.221

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 97,20% (100% em 2012) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

7 Clientes - consolidado

	2013	2012
Contas a receber de terceiros no país	310.216	279.203
Contas a receber de partes relacionadas	23.032	14.861
Serviços a faturar	258.651	183.031
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(25.008)	(20.472)
Total contas a receber de clientes	<u>566.891</u>	<u>456.623</u>

Reconhecimento dos Serviços a faturar

A grande maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 10 a 20 de cada mês, sendo assim, todos os serviços já executados dentro do mês em datas posteriores ao fechamento da última fatura correspondente são provisionados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de “Receita” na demonstração do resultado do exercício.

A composição de Clientes, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2013	2012
A vencer	514.076	366.547
0 a 30 dias	27.453	51.813
31 a 60 dias	7.291	14.250
61 a 90 dias	5.383	8.442
91 a 180 dias	14.107	11.352
Mais de 181 dias	23.589	24.691
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(25.008)	(20.472)
Total	<u>566.891</u>	<u>456.623</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2013	2012
Saldos em 1º de janeiro	(20.472)	(16.855)
Créditos provisionados no exercício	(8.189)	(5.369)
Baixas definitivas de títulos	3.653	1.752
Saldos em 31 de dezembro	<u>(25.008)</u>	<u>(20.472)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos a provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

8 Depósitos judiciais – consolidado

Natureza dos processos	2013	2012
Trabalhistas	75.971	71.583
Cíveis	15.097	12.600
Tributárias	47.668	38.500
Total dos depósitos judiciais	<u>138.736</u>	<u>122.683</u>

9 Créditos a receber de terceiros – consolidado

Referem-se a pagamentos de liquidação e depósitos judiciais trabalhistas, envolvendo ex-empregados de empresa cujos ativos foram adquiridos em 2005. Existe saldo a pagar decorrente da aquisição e que está sendo objeto de discussão entre as partes quanto ao valor líquido final devido, conforme cláusulas contratuais, tanto o crédito quanto o débito estão condicionados a decisão judicial.

10 Investimentos - controladora

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas diretas e indiretas, e não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Para as controladas indiretas (Prosegur Brasil S.A Transportadora de Valores e Segurança, Prosegur Sistemas de Segurança Ltda, Prosegur Administração de Recebíveis Ltda e C.T.P - Centro de Treinamento Prosegur Ltda) estão sendo apresentadas apenas as informações de ativos, passivos e patrimônio líquido. Dessa forma, só apresentamos os saldos de equivalência patrimonial e investimento da Companhia na entidade controlada diretamente, a TSR Participações Societárias S/A.

Dados sobre as participações

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial	Total Investimento
2012											
TSR Participações Societárias S.A.	99,99%	4.510	1.301.252	1.305.762	118.614	342.207	460.821	844.941	160.643	131.215	844.941
Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança	99,99%	606.335	1.726.438	2.332.773	437.835	623.198	1.061.033	1.271.740	158.083	-	-
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda	99,99%	18.378	20.382	38.760	10.063	3.546	13.609	25.151	8.113	-	-
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda	100%	1.879	4.694	6.573	1.077	1.433	2.510	4.063	90	-	-
C.T.P - Centro de Treinamento Prosegur Ltda	100%	306	35	341	85	242	327	14	(20)	-	-
2013											
TSR Participações Societárias S.A.	99,99%	61.533	1.418.202	1.479.735	133.118	389.198	522.316	957.419	145.072	145.071	957.419
Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança	99,99%	778.139	1.734.728	2.512.867	477.701	645.252	1.122.953	1.389.914	172.145	-	-
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda	99,85%	24.563	29.469	54.032	15.083	1.257	16.340	37.692	12.474	-	-
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda	100%	1.109	3.583	4.692	218	143	361	4.331	268	-	-
C.T.P - Centro de Treinamento Prosegur Ltda	100%	444	30	474	112	333	445	29	16	-	-

11 Imobilizado – consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equipamentos e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equipos. de process. de dados	Benefitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2011	26.638	103.356	21.251	121.115	31.015	50.696	37.407	5.902	397.380
Adições	-	-	-	-	-	-	42.408	2	42.410
Transferências	10.029	17.482	2.807	-	1.372	8.737	(41.112)	537	(148)
Baixas	(1)	(1)	(8)	-	(63)	-	(3.764)	(619)	(4.456)
Saldos incorporados	15	36.388	5.083	88.208	6.316	6.401	5.800	380	148.591
Saldos em 31/12/2012	36.681	157.225	29.133	209.323	38.640	65.834	40.739	6.202	583.777
Adições	-	3.007	75	-	80	-	59.509	1.710	64.381
Transferências	4.200	13.152	4.538	-	9.317	8.267	(35.350)	(4.124)	-
Baixas	-	(3.650)	(10)	(29.752)	(485)	-	(6.670)	(1.447)	(42.014)
Saldos em 31/12/2013	40.881	169.734	33.736	179.571	47.552	74.101	58.228	2.341	606.144

Depreciação acumulada	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equipamentos e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equipos. de process. de dados	Benefitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2011	(1.610)	(58.519)	(13.565)	(76.522)	(22.099)	(28.649)	-	(4.400)	(205.364)
Depreciação	(932)	(10.648)	(1.322)	(14.517)	(4.355)	(5.019)	-	(471)	(37.264)
Baixas	-	-	7	603	64	-	-	12	686
Saldos incorporados	-	(16.965)	(5.737)	(62.493)	(3.706)	-	-	(125)	(89.026)
Saldos em 31/12/2012	(2.542)	(86.132)	(20.617)	(152.929)	(30.096)	(33.668)	-	(4.984)	(330.968)
Depreciação	(1.347)	(17.051)	(235)	(12.977)	(4.596)	(6.299)	-	(271)	(42.776)
Baixas	-	3.650	815	29.752	375	-	-	3.263	37.855
Saldos em 31/12/2013	(3.889)	(99.533)	(20.037)	(136.154)	(34.317)	(39.967)	-	(1.992)	(335.889)
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2012	34.139	71.093	8.516	56.394	8.544	32.166	40.739	1.218	252.809
Saldo em 31/12/2013	36.992	70.201	13.699	43.417	13.235	34.134	58.228	349	270.255

Garantia

Em 31 de dezembro de 2013, propriedades da controlada indireta Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança com o valor contábil de R\$ 9.008 (2012: R\$ 9.293) estão sujeitas a uma penhora registrada para garantir a execução de um processo fiscal. O processo judicial de natureza fiscal é acompanhado por assessores jurídicos do Grupo e é classificado como risco de perda remota. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

12 Intangível - consolidado

Custo do Intangível Bruto	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	213.300	118.912	37.150	13.799	9.094	1.430	393.685
Adições	-	734.184	-	-	6.450	-	740.634
Transferências	523.032	(570.779)	3.994	46.849	(3.994)	898	-
Efeito líquido IR/CS Diferido s/ ágio e alocação	-	17.587	-	-	-	-	17.587
Baixas	-	(7.526)	-	-	-	-	(7.526)
Saldos incorporados	-	31.350	3.090	-	-	-	34.440
Saldos em 31/12/2012	736.332	323.728	44.234	60.648	11.550	2.328	1.178.820
Adições	-	-	9	-	3.474	-	3.483
Transferências	(18.161)	754	-	3.829	-	13.578	-
Baixas	(45)	(256)	(25)	(23)	-	-	(349)
Saldos em 31/12/2013	718.126	324.226	44.218	64.454	15.024	15.906	1.181.954

Prosegur Holding e Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Amortização Acumulada	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	(54.147)	(29.205)	(21.463)	(11.591)	-	(715)	(117.121)
Amortização	(44.394)	-	(5.938)	(12.931)	-	(496)	(63.759)
Saldos incorporados	-	(2.271)	(1.446)	-	-	-	(3.717)
Saldos em 31/12/2012	(98.541)	(31.476)	(28.847)	(24.522)	-	(1.211)	(184.597)
Amortização	(47.079)	-	(5.961)	(13.916)	-	(5.444)	(72.400)
Baixas	45	-	16	23	-	-	84
Saldos em 31/12/2013	(145.575)	(31.476)	(34.792)	(38.415)	-	(6.655)	(256.913)
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2012	637.791	292.252	15.387	36.126	11.550	1.117	994.223
Saldos em 31/12/2013	572.551	292.750	9.426	26.039	15.024	9.251	925.041

i. Amortização

Em função das aquisições da Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S/A (adquirida em 2010), Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda (adquirida em 2011) e Grupo Nordeste (adquirido em 2012), foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	Prazo de Amortização (anos)
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Também registraram-se os gastos com aquisição e desenvolvimento de *software*, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

ii. Teste de redução ao valor recuperável do ágio

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo menos despesas de vendas foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente e não indicou a necessidade de perda do valor recuperável.

13 Empréstimos e financiamentos – consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 19.

	2013	2012
Passivo circulante		
Arrendamento mercantil	4.166	6.188
Finame	5.165	5.056
Capital de giro	-	40.089
Total	9.331	51.333
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil	-	4.432
Finame	1.974	4.931
Total	1.974	9.363

Termos e cronograma de amortização da dívida de arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil	Moeda	Ano de vencimento	2013		2012	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2013	-	-	6.188	6.188
	R\$	2014	4.166	4.166	4.432	4.432
Total passivos com arrendamento			4.166	4.166	10.620	10.620

Determinados contratos de arrendamento mercantil são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2014. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

Termos e cronograma de amortização da dívida de Finame

Finame	Moeda	Ano de vencimento	2013		2012	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2013	-	-	5.056	5.056
	R\$	2014	5.165	5.165	2.957	2.957
	R\$	2015	1.974	1.974	1.974	1.974
Total passivos com Finame			7.139	7.139	9.987	9.987

Determinados contratos de Finame são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de juros com taxas que variam de 7 a 12 % ao ano. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

14 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo circulante				
Debêntures Curto Prazo	-	19.346	32.387	63.688
Custo com as captações Curto	-	(69)	(856)	(2.281)
Total	-	19.277	31.531	61.407
Passivo não circulante				
Debêntures Longo Prazo	-	83.455	166.060	275.558
Custo com as captações Longo	-	(1.107)	(1.926)	(2.546)
Total	-	82.348	164.134	273.012

A Companhia e a controlada indireta Prosegur Brasil S.A. Transporte de Valores, emitiram debêntures simples, nos montantes de R\$ 100.000 e R\$ 230.000, respectivamente, em 11 de abril de 2012. Foram formalizados os Instrumentos Particulares de Escrituras da 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação de ambas as Companhias. Os recursos obtidos pelas emissoras por meio de oferta pública restrita foram destinados prioritariamente para liquidação do empréstimo ponte tomados

pela Prosegur Brasil S.A. Transporte de Valores junto aos coordenadores e/ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico dos coordenadores, para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

As debêntures, não conversíveis em ações das emissoras, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, foram constituídas com prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O Valor Nominal Unitário de cada debênture foi de R\$ 1.000 na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas as seguintes quantidades de debêntures: 100 (cem) para Prosegur Holding e 230 (duzentas e trinta) para Prosegur Brasil S.A. O Valor Nominal Unitário das debêntures foi estabelecido para ser amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que as primeiras duas parcelas foram amortizadas em 07 de março e 07 de setembro de 2013, e as próximas parcelas serão amortizadas nas datas de vencimento, conforme indicado a seguir.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Amortização (R\$ mil)
1	07/03/2013	11,12%	36.696
2	07/09/2013	5,56%	18.348
3	07/03/2014	5,56%	18.348
4	07/09/2014	5,56%	18.348
5	07/03/2015	5,56%	18.348
6	07/09/2015	16,66%	54.978
7	07/03/2016	16,66%	54.978
8	07/09/2016	16,66%	54.978
9	07/03/2017	16,66%	54.978
		100,00%	330.000

As escrituras foram celebradas com base na deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias das emissoras, realizadas em 28 de março de 2012, sendo que para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi 07 de março de 2012. As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme colocação para a totalidade das debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. O agente fiduciário da operação é a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda, os bancos anteriormente mencionados atuaram como intermediários da operação, através de oferta de investidores.

O Banco mandatário da Emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por de Módulo de Distribuição de Títulos e Modulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da datada primeira subscrição e integralização das mesmas, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das debêntures e pagos ao final de cada período de capitalização.

A remuneração é paga semestralmente, a partir da emissão, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da remuneração.

A Prosegur Companhia de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola e, em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma *Letter of guarantee* constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total das emissões de R\$ 330.000 para ambas as Companhias. As debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures, dentre elas destacam-se as seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBTIDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a despesa financeira líquida da Garantidora Espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referidos demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2013 os índices acima mencionados estão sendo cumpridos pelo Grupo.

Resgate antecipado total

Conforme documento emitido no dia 27 de maio de 2013, a Companhia criou um evento de “Resgate Antecipado Total, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da Prosegur Holding e Participações S.A. – ativo PGHP11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

O resgate antecipado total do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 27 de maio de 2013 sob montante de R\$ 91.487.

O resgate antecipado total obteve anuência dos bancos intermediadores (Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., e Banco Santander Brasil S.A.) pelo documento emitido ao agente fiduciário no dia 27 de maio de 2013.

15 Salários e encargos sociais - consolidado

	2013	2012
Salários a pagar	57.226	49.202
Provisão de férias	143.890	121.688
FGTS e INSS a pagar	29.656	29.119
Outros encargos e provisões a pagar	37.244	36.756
Total	268.016	236.765

16 Provisões – consolidado

	Contingências			Benefícios a empregados	Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas			
Saldos em 31/12/11	47.229	5.157	102.898	6.051	1.815	163.150
Adições	49.993	5.649	57.823	7.049	4.123	124.637
Baixas - pagamentos	(1.971)	(1.356)	(37.582)	-	-	(40.909)
Reversões	(7)	(3.264)	(9.943)	-	(1.815)	(15.029)
Saldos incorporados	34.220	5.470	86.310	-	-	126.000
Saldos em 31/12/12	129.464	11.656	199.506	13.100	4.123	357.849
Adições	21.794	8.571	99.865	3.334	2.901	136.504
Baixas - pagamentos	(3.069)	(4.747)	(56.890)	(181)	-	(64.887)
Reversões	(293)	(4.035)	(34.693)	(9.556)	(4.123)	(52.739)
Saldos incorporados	-	-	248	-	-	248
Saldos em 31/12/13	147.896	11.445	208.036	6.697	2.901	376.975
Em 2012						
Circulante	-	-	-	-	4.123	4.123
Não circulante	129.464	11.656	199.506	13.100	-	353.726
Em 2013						
Circulante	-	-	-	-	2.901	2.901
Não circulante	147.896	11.445	208.036	6.697	-	374.074

a. Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 68.697 (R\$ 151.143 em 2012), para as quais não há provisão constituída.

b. Benefícios a empregados

A Companhia não possui plano de benefícios previdenciários, concede apenas plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998. Veja política contábil na notas explicativas 5(h)(i), (h)(ii).

i. Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldos em 1º de janeiro	13.100	6.051	-	-	13.100	6.051
Incluídos no resultado						
Custos do serviço corrente	2.129	1.401	-	-	2.129	1.401
Custos do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Despesa (receita) de juros	1.205	636	-	-	1.205	636
	3.334	2.037	-	-	3.334	2.037
Incluídos em ORA						
Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	(8.238)	-	-	-	(8.238)	-
- premissas financeiras	(4.067)	5.012	-	-	(4.067)	5.012
- ajustes pela experiência	2.749	-	-	-	2.749	-
	(9.556)	5.012	-	-	(9.556)	5.012
Outros						
Benefícios pagos	(181)	-	-	-	(181)	-
	(181)	-	-	-	(181)	-
Saldos em 31 de dezembro	6.697	13.100	-	-	6.697	13.100
Segregação da obrigação:						
- Ativos e autopatrocinados					4.610	13.100
- Aposentados e pensionistas					2.087	-
Total					6.697	13.100

ii. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2013	2012
Taxa de desconto	6,5% a.a.	4,0% a.a.
Taxa de inflação de Longo Prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3,0% a.a.	3,0% a.a.

iii. Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

31 de dezembro de 2013	Obrigações de benefício definido	
	Aumento	Redução
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	(661)	768
Taxa de inflação de Longo Prazo [+ (-) 0,5%]	-	-
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	966	(805)
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	253	(250)

c. Outras provisões

Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa constituídos na controlada indireta Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança.

17 Obrigações por compra de participações - consolidado

Referem-se às parcelas finais de pagamentos decorrentes dos contratos de aquisição de empresas.

O montante devido pela aquisição das empresas é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI, sendo amortizado anualmente na proporção de 20% a cada período de 12 meses da assinatura do contrato.

	2013	2012
Grupo Nordeste	277.074	356.390
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	7.060	8.762
Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S.A.	5.146	7.481
Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda.	32.812	32.812
Total	322.092	405.445
Circulante	99.802	120.459
Não Circulante	222.290	284.986

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2013	2012
2014	-	70.365
2015	63.826	60.603
2016	63.826	60.603
2017	61.826	60.603
Montante referente à Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda. (*)	32.812	32.812
	222.290	284.986

(*) A dívida relativa à compra da Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda. está sendo objeto de discussão entre as partes quanto ao valor final devido, conforme cláusulas contratuais, e está condicionada a decisão judicial.

18 Capital social e reservas – controladora

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 560.661 era composto de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) por ação, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Juncadella Prosegur Internacional S.A	280.047	-	280.047	49,95
Prosegur Companhia de Segurid. S.A	220.155	-	220.155	39,27
Prosegur Activa Alarmes S.A.	60.458	-	60.458	10,78
Alberto Minazzoli	1	-	1	0,00
	<u>560.661</u>	<u>-</u>	<u>560.661</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 378.446 era composto de ações nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) por ação, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Juncadella Prosegur Internacional S.A	280.047	-	280.047	74,00
Prosegur Companhia de Segurid. S.A	37.940	-	37.940	10,02
Prosegur Activa Alarmes S.A.	60.458	-	60.458	15,98
Alberto Minazzoli	1	-	1	0,00
	<u>378.446</u>	<u>-</u>	<u>378.446</u>	<u>100,00</u>

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

(i) Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Não há ações em tesouraria.

Emissão de ações ordinárias

Em 23 de maio de 2013, a Companhia emitiu 44.128.598 novas ações ordinárias, a um preço de emissão de R\$ 2,08 por ação, totalizando um valor total de subscrição de R\$ 91.801.

Considerando que na data o valor nominal da ação era de R\$ 1,00 por ação, o valor de aumento de capital foi de R\$ 44.128. A diferença entre o valor nominal de cada ação (R\$ 1,00) e o valor de emissão (R\$ 2,08), correspondente a R\$ 1,08 por ação, foi considerado como ágio na emissão das novas ações totalizando R\$ 47.673, considerados os arredondamentos, registrado no patrimônio líquido como “Reserva de capital”. As ações foram totalmente subscritas pela acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A. mediante depósito internacional de fundos na conta corrente da Companhia.

Em 19 de junho de 2013, a Companhia emitiu 71.250.107 novas ações ordinárias, a um preço de emissão de R\$ 2,08 por ação, totalizando um valor total de subscrição de R\$ 148.053.

Considerando que na data o valor nominal da ação era de R\$ 1,00 por ação, o valor de aumento

de capital foi de R\$ 71.250. A diferença entre o valor nominal de cada ação (R\$ 1,00) e o valor de emissão (R\$ 2,08), correspondente a R\$ 1,08 por ação, foi considerado como ágio na emissão das novas ações totalizando R\$ 76.803, considerados os arredondamentos, registrado no patrimônio líquido como “Reserva de capital”. As ações foram totalmente subscritas pela acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A. mediante as seguintes transações:

- Montante de R\$ 96.534 creditado diretamente à acionista Juncadella Prosegur Internacional S.A., via depósito internacional de fundos, compensando os dividendos e juros sobre o capital próprio que a Companhia devida à acionista Juncadella Prosegur Internacional S.A.;
- Montante de R\$ 28.290 compensado diretamente com o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio devido à acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A.;
- Montante de R\$ 23.229 creditado na conta corrente da Companhia via depósito internacional de fundos.

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu 66.837.000 novas ações ordinárias, a um preço de emissão de R\$ 1,96 por ação, totalizando um valor total de subscrição de R\$ 131.001. Considerando que na data o valor nominal da ação era de R\$ 1,00 por ação, o valor de aumento de capital foi de R\$ 66.837. A diferença entre o valor nominal de cada ação (R\$ 1,00) e o valor de emissão (R\$ 1,96), correspondente a R\$ 0,96 por ação, foi considerado como ágio na emissão das novas ações totalizando R\$ 64.164, considerados os arredondamentos, registrado no patrimônio líquido como “Reserva de capital”. As ações foram totalmente subscritas pela acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A. mediante as seguintes transações:

- Montante de R\$ 67.485 creditado diretamente à acionista Juncadella Prosegur Internacional S.A., via depósito internacional de fundos, compensando os dividendos e juros sobre o capital próprio que a Companhia devida à acionista Juncadella Prosegur Internacional S.A.;
- Montante de R\$ 50.897 compensado diretamente com o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio devido à acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A.;
- Montante de R\$ 12.619 creditado na conta corrente da Companhia via depósito internacional de fundos.

b. Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios.

c. Reservas de lucros

- **Reserva legal**

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. Em 2013 não foi constituído nenhum montante de reserva legal pelo fato do saldo de reserva legal, acumulado até o final do exercício anterior, acrescido da reserva de capital estar superior ao capital social em 30%, conforme parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76.

- **Reserva de retenção de lucros**

O saldo remanescente dos lucros gerados até o exercício de 2012, no montante de R\$ 129.403, foram integralmente deliberados pelos acionistas no exercício de 2013 para distribuição de lucros em Assembleia Geral Extraordinária.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Exercício de 2013

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	139.452
Reserva legal	-
Base de cálculo dos dividendos	139.452
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	34.863

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 19 de junho de 2013 e 09 de dezembro de 2013, foram aprovadas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 249.188 e R\$ 34.624, respectivamente, proporcional à participação de cada um dos acionistas às datas deliberadas. Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram considerados, para fins do cumprimento das obrigações estatutárias da Companhia, assim como antecipação de quaisquer dividendos, relativos ao exercício de 2013. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 30 de maio de 2013 e 30 de novembro de 2013, respectivamente a cada deliberação em assembleia, bem como em lucros gerados em anos anteriores.

Juros sobre capital próprio	34.624
Dividendos mínimo obrigatório de 2012 (complemento)	239
Dividendo mínimo obrigatório	34.863
(+) Dividendos sobre lucros gerados em anos anteriores	129.403
(+) Dividendos antecipados	119.546
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	283.812

Do montante de dividendos distribuídos antecipadamente (R\$ 119.546), cerca de R\$ 14.957 foi distribuído em excesso, esse montante está apresentado no “Balanço patrimonial” e nas “Demonstrações das mutações do patrimônio líquido” como “Prejuízos acumulados”. A Administração irá deliberar em Assembleia durante o exercício de 2014 a forma com a qual irá compensar esse montante pago em excesso.

Exercício de 2012

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos do exercício pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	155.540
Reserva legal	(6.005)
Base de cálculo dos dividendos	149.535
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	37.384

Em reunião da diretoria realizada em 26 de novembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante global de R\$ 30.413 e aprovada distribuição antecipada de dividendos, no montante de R\$ 87.587. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 31 de outubro de 2012, bem como lucros gerados em anos anteriores.

Juros sobre capital próprio	30.413
Dividendos mínimo obrigatório de 2012 (complemento)	6.971
Dividendo mínimo obrigatório	37.384
(+) Dividendos sobre lucros gerados em anos anteriores	80.616
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	118.000

19 Instrumentos financeiros – consolidado

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital do Grupo.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Os diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Ele, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas do Grupo está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está

disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes do Grupo, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela administração do Grupo.

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Gestão de capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar

riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

	2013	2012
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Partes relacionadas)	<u>737.070</u>	<u>691.650</u>
Total	<u><u>737.070</u></u>	<u><u>691.650</u></u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano está apresentado na nota explicativa 7.

Com base nas taxas de inadimplência históricas, o Grupo acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

b. Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2013	2012 (reapresentado)
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	88.424	75.409
Empréstimos e financiamentos	11.305	60.696
Debêntures	195.665	334.419
Obrigações por compra de participações	322.092	405.445
Partes relacionadas	56.024	24.447
Total	673.510	900.416

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	88.424	88.424	-	-
Empréstimos e financiamentos	11.305	9.331	1.974	-
Debêntures	195.665	31.531	51.106	113.028
Obrigações por compra de participações	322.092	99.802	63.826	158.464
Partes relacionadas	56.024	-	56.024	-
	673.510	229.088	172.930	271.492

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras do Grupo, o perfil dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros com taxa variável era:

	2013	2012
Ativos financeiros (Equivalentes de caixa)	20.094	5.597
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de Giro, Finame e Debêntures)	529.062	800.560

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira do Grupo estão associados às transações com a controladora final Prosegur Cia. de Seguridad S.A., sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$0 e R\$ 14.701, respectivamente (R\$ 139.865 e R\$ 22.143 em 31 de dezembro de 2012), e com sua coligada Prosegur España S.L., sediada também na Espanha, cujos valores a pagar e receber correspondem a R\$48.402 e R\$29.206, respectivamente (em 31 de dezembro de 2012 não existia transação com essa empresa). Todas as transações estão contratadas em Euros.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Debêntures (CDI)	(1.940)	1.940	(1.940)	1.940
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(1.940)	1.940	(1.940)	1.940

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	20.094	20.094	5.597	5.597
Clientes	566.891	566.891	456.623	456.623
Créditos com partes relacionadas	94.795	94.795	190.806	190.806
Empréstimos e financiamentos	11.305	11.305	60.696	60.696
Debêntures	195.665	195.665	334.419	334.419
Fornecedores	88.424	88.424	75.409	75.409
Débitos com partes relacionadas	56.024	56.024	24.447	24.447

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Equivalentes de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- *Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- *Empréstimos, financiamentos e Debêntures* - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades do Grupo.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- *Nível 1*: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos ;
- *Nível 2*: *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- *Nível 3*: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	20.094	-	-	20.094
Total de ativos	20.094	-	-	20.094
Em 31 de dezembro de 2012				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	5.597	-	-	5.597
Total de ativos	5.597	-	-	5.597

20 Receita - consolidado

	2013	2012
Receita bruta	3.241.753	2.816.747
Menos:		
Impostos sobre vendas	(331.728)	(238.758)
Devoluções e abatimentos	(19.974)	(50.263)
Total de receita líquida	2.890.051	2.527.726

21 Custos e despesas operacionais – consolidado

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2013	2012
Custo dos serviços prestados	(2.247.667)	(1.954.342)
Despesas comerciais	(40.462)	(26.783)
Despesas gerais e administrativas	(330.157)	(264.661)
Total de Custos e Despesas Operacionais	(2.618.286)	(2.245.786)

Custos e despesas por natureza

	2013	2012
Custos e Despesas com Pessoal	(1.934.019)	(1.601.126)
Amortização e Depreciação	(113.486)	(112.558)
Aluguéis	(112.246)	(117.562)
Outros custos e despesas operacionais	(458.535)	(414.540)
Total de custos e despesas operacionais	(2.618.286)	(2.245.786)

22 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Juros sobre aplicações financeiras	23	499	2.193	5.604
Juros sobre duplicatas e outros créditos	381	-	5.890	1.310
Variação cambial ativa	900	1.492	11.575	14.173
Outras receitas financeiras	-	29.428	2.695	2.615
Receitas financeiras	1.304	31.419	22.353	23.702
Despesas de juros	(3.454)	(6.746)	(64.628)	(67.806)
Despesas com comissão	(1.177)	(208)	(2.751)	(1.697)
Variação cambial passiva	(723)	-	(9.657)	(13.404)
Perda esperada de investimentos (*)	-	-	(11.540)	-
Outras despesas financeiras	(1.355)	-	(4.040)	(1.147)
Despesas financeiras	(6.709)	(6.954)	(92.616)	(84.054)
Despesas financeiras líquidas	(5.405)	24.465	(70.263)	(60.352)

(*) Refere-se à perda esperada das aplicações financeiras mantidas no Banco BVA (o banco sofreu liquidação do Banco Central do Brasil no dia 19 de junho de 2013) registradas na controlada indireta Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança.

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro contábil antes dos impostos	139.452	155.540	201.747	221.588
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	47.414	52.884	68.594	75.340
Resultado de equivalência patrimonial	(49.324)	(44.613)	-	-
Juros sobre capital próprio	(11.772)	(10.340)	(11.772)	(10.340)
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal não constituído	13.683	2.069	5.484	487
Outros	-	-	(51)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	62.255	65.487
Diferido	-	-	16.072	(4.826)
Corrente	-	-	46.183	70.313
Alíquota efetiva	0%	0%	31%	30%

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos – consolidado

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ágio	182.508	228.798	-	-	182.508	228.798
Diferenças temporárias	73.615	64.558	-	-	73.615	64.558
Alocação de intangíveis	-	-	(196.775)	(217.946)	(196.775)	(217.946)
Reavaliação imobilizado	-	-	(765)	(1.012)	(765)	(1.012)
Impostos ativos (passivos)	256.123	293.356	(197.540)	(218.958)	58.583	74.398

24 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

Sua controladora é a Juncadella Prosegur Internacional S.A., sediada na Argentina, e a controladora final a Prosegur Cia de Seguridad S.A., sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2013 foi de R\$ 5.358 (R\$ 2.471 em 2012).

Outras transações com partes relacionadas - consolidado

	Débito (crédito)					
	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
Juncadella Prosegur Internacional S.A.	-	-	-	-	(40)	13
Prosegur Cia. de Seguridad S.A.	14.701	-	(4.631)	139.865	(22.143)	(590)
Prosegur Activa Alarmes S.A.	7.935	-	-	9.621	-	(36)
Coligadas						
Prosegur España S.L.	29.206	(48.402)	-	-	-	-
Setha Indústria Eletrônica Ltda.	-	(2.588)	-	2.051	(12)	(310)
Prosegur Tecnologia em Sist. de Seg. e Inc. Ltda.	46.263	-	-	45.901	(480)	(1.906)
Prosegur Gestão de Ativos Ltda	19.435	(4.945)	-	6.964	(1.764)	1.745
Outras	287	(89)	-	1.265	(8)	-
	117.827	(56.024)	(4.631)	205.667	(24.447)	(1.084)
Sumário por natureza:						
Clientes	23.032			14.861		
Créditos com partes relacionadas	94.795			190.806		
Débitos com partes relacionadas		(56.024)			(24.447)	
Receita de Vendas			(4.631)			(1.084)
Total	117.827	(56.024)	(4.631)	205.667	(24.447)	(1.084)

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP.

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia, decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosegur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A, assim também como rateio de despesas corporativas local e os juros sobre as operações de mútuo.

25 Eventos subsequentes

Controladora

A Companhia recebeu, no dia 31 de janeiro de 2014, aporte de capital no montante de R\$ 73.386 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O AFAC foi realizado pelo acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A. via depósito internacional de fundos.

Controlada indireta - Prosegur Brasil

Conforme documento emitido no dia 23 de janeiro de 2014, a controlada indireta Prosegur Brasil criou um evento de “Amortização Extraordinária, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA – ativo PRSG11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Prosegur Brasil e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

A amortização extraordinária do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 sob montante de R\$ 82.997, equivalente a 31,9068% de amortização do principal das Debêntures da Série Única da 1ª Emissão.

* * *

DIRETORIA

Carlos Eduardo Escobal

Aprígio Rello Júnior

José Ascânio Ferreira

Denilson Colodetti Pinheiro

Responsável Técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8